

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	925797-CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS	EDER RIBEIRO	23/04/2026 17:17 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		124/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 124/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços especializados de controle de vetores e pragas urbanas, compreendendo:

Desinsetização, Desratização, Descorpinização, Descupinização, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Locais:

Local/Cidade	Endereço
I - Sede em Campo Grande/MS	Avenida Monte Castelo, nº 269, Monte Castelo. CEP 79.010-400 Campo Grande/MS
II -Subseção em Dourados/MS	Rua Hilda Bergo Duarte, nº 959, Vila Planalto. CEP: 79. 826-090 Dourados/MS
III - Subseção em Três Lagoas/MS	Rua Munir Thomé, nº 2706, Jardim Primavera, CEP: 79.611-070 Três Lagoas/MS

Locais	ITEM	Descrição resumida	CATSERV	uni.	Aplicações estimada por ano
I - Sede em Campo Grande/MS	1	Desinsetização	3417	SV	4
	2	Desratização	3417	SV	2
	3	Descorpinização	3417	SV	2
	4	Descupinização	3417	SV	2
	5	Desinsetização	3417	SV	4
	6	Desratização	3417	SV	2
II -Subseção em Dourados/MS	7	Descorpinização	3417	SV	2
	8	Descupinização	3417	SV	2
	9	Desinsetização	3417	SV	4
	10	Desratização	3417	SV	2
III - Subseção em Três Lagoas /MS	11	Descorpinização	3417	SV	2
	12	Descupinização	3417	SV	2

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. *O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

Prazo de vigência

1.6. *O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. Disposições específicas da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Utilização de produtos saneantes desinfestantes devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, priorizando aqueles com menor toxicidade e impacto ambiental;

4.1.2. Adoção de técnicas de controle integrado de pragas, visando à redução do uso excessivo de produtos químicos e à priorização de métodos preventivos;

4.1.3. Destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos gerados, incluindo a realização de tríplex lavagem quando aplicável, conforme legislação vigente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos**, devendo os produtos utilizados atender às especificações técnicas e aos registros exigidos pelos órgãos competentes, conforme justificativas constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. A Administração não aceitará a utilização de produtos:

4.3.1. Não registrados ou não regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.3.2. Com prazo de validade vencido ou fora das especificações do fabricante;

4.3.3. Que apresentem riscos indevidos à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com a legislação vigente.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviço e não no fornecimento isolado de bens.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a necessidade de responsabilidade técnica direta e integral da empresa contratada na execução dos serviços de controle de pragas urbanas.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a baixa complexidade do objeto e o reduzido risco associado à execução contratual.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **facultativa**, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, mediante agendamento junto à Administração.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá declarar formalmente que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento de obrigações contratuais.

Instalação de escritório

4.10. Não será exigida a instalação de escritório no município da contratante, desde que a empresa possua capacidade operacional para atendimento das demandas nas localidades indicadas.

Margem de preferência

4.11. Não se aplica margem de preferência para a presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Condições de execução

5.1 Dinâmica de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até **5 (cinco) dias úteis** contados da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição dos métodos e procedimentos:

Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização, descorpinização e descupinização) deverão ser executados por meio de técnicas integradas, compreendendo:

- inspeção prévia dos ambientes;
- identificação das pragas-alvo e nível de infestação;
- aplicação de produtos saneantes desinfestantes adequados;
- adoção de medidas preventivas e corretivas;
- monitoramento contínuo das áreas atendidas;
- emissão de relatórios técnicos após cada intervenção;

5.1.3. Periodicidade:

Os serviços deverão ser realizados de forma **periódica (conforme definição com o Gestor de Contratos)**, podendo haver reforços ou atendimentos extraordinários, conforme necessidade da Administração;

5.1.4. Cronograma:

O cronograma de execução será definido em conjunto com a Administração, considerando as especificidades de cada unidade e a necessidade de não interferência nas atividades institucionais;

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas seguintes localidades:

- Campo Grande/MS (sede);
- Dourados/MS (subseção);
- Três Lagoas/MS (subseção);

5.3. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, em horário comercial, podendo ser executados fora desse período, mediante prévio agendamento, a fim de não prejudicar o funcionamento das unidades;

5.3 Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual deverá observar as seguintes rotinas:

- inspeção técnica antes de cada aplicação;
- aplicação segura dos produtos conforme orientação técnica;
- sinalização dos ambientes quando necessário;
- orientação aos usuários sobre cuidados pós-aplicação;
- emissão de certificado/relatório técnico;
- manutenção de histórico das intervenções realizadas;

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos e insumos necessários, incluindo:

5.4.1. Produtos saneantes desinfestantes devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

5.4.2. Equipamentos de aplicação adequados (pulverizadores, atomizadores, iscas, entre outros);

5.4.3. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os aplicadores;

5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A proposta deverá considerar:

5.5.1. Atendimento às áreas internas e externas das unidades;

5.5.2. Execução periódica dos serviços, com possibilidade de atendimentos emergenciais;

5.5.3. Deslocamento entre os municípios (Campo Grande, Dourados e Três Lagoas);

5.6 Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços será, no mínimo, de **30 (trinta) dias** para cada intervenção realizada, durante o qual a contratada deverá realizar reaplicação sem ônus, caso constatada a persistência ou reinfestação das pragas-alvo;

5.7 Uniformes

5.7. Os profissionais da contratada deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados, com uso obrigatório de EPIs adequados à atividade, sem qualquer ônus para os empregados;

5.8 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos específicos de transição ou finalização do contrato, considerando a natureza contínua e padronizada dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com o representante da empresa contratada para apresentação do plano de fiscalização, contemplando as obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, critérios de medição de resultados e sanções aplicáveis.

Preposto

6.6. O Contratado deverá designar formalmente preposto antes do início da execução dos serviços, com poderes para representá-lo perante a Administração.

6.7. O Contratado deverá manter preposto disponível durante todo o período de execução contratual, com atendimento remoto e presencial sempre que solicitado.

6.8. O Contratante poderá recusar, de forma justificada, a indicação do preposto, devendo o Contratado proceder à sua substituição.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores designados como fiscais e gestor do contrato.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços, assegurando o cumprimento das condições estabelecidas.

6.11. Deverá registrar todas as ocorrências relevantes, indicando eventuais falhas e providências necessárias à regularização.

6.12. Quando identificadas irregularidades, notificará o Contratado, fixando prazo para correção.

6.13. Situações que extrapolem sua competência deverão ser comunicadas ao gestor do contrato.

6.14. Ocorrências que possam comprometer prazos ou a qualidade dos serviços deverão ser comunicadas imediatamente.

6.15. O término da vigência contratual deverá ser informado com antecedência, visando à continuidade do serviço.

6.16. A fiscalização técnica abrangerá, ainda:

- verificação da qualidade dos serviços prestados;
- controle de frequência dos colaboradores;
- conferência da adequação dos recursos empregados.

6.17. A fiscalização não exclui a responsabilidade do Contratado por falhas ou irregularidades.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo acompanhará a manutenção das condições de habilitação, pagamentos, garantias, eventuais glosas e formalização de alterações contratuais.

6.19. Em caso de descumprimento contratual, deverá atuar de forma tempestiva, comunicando o gestor quando necessário.

6.20. A fiscalização administrativa observará, especialmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

6.21. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

6.22. O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar retenção de pagamento, aplicação de penalidades ou rescisão contratual.

6.23. O Contratante poderá efetuar o pagamento direto aos trabalhadores, em caso de inadimplemento, nos termos da legislação aplicável.

6.24. O contrato somente será considerado integralmente cumprido após a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.

6.25. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

6.26. A inadimplência do Contratado não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.27. Para fins de recebimento provisório, o fiscal administrativo verificará mensalmente a regularidade dos pagamentos e encargos.

Gestor do Contrato

6.28. Compete ao gestor do contrato:

- coordenar o acompanhamento da execução contratual;
- consolidar as informações prestadas pelos fiscais;
- acompanhar a manutenção das condições de habilitação;
- autorizar pagamentos e atestar notas fiscais;
- adotar providências para aplicação de sanções, quando necessário;
- elaborar relatório final sobre a execução contratual;
- encaminhar a documentação para liquidação e pagamento;
- dar tratamento a eventuais denúncias relacionadas à execução do contrato.

6.29. O gestor deverá avaliar continuamente a adequação da execução contratual aos objetivos da Administração, propondo ajustes quando necessário.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – Instrumento de avaliação

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto em Anexo específico, com indicadores voltados à efetividade dos serviços de desinsetização, desratização, descorpinização e descupinização, considerando critérios de qualidade, tempestividade e eliminação/redução dos focos de infestação.

7.5 – Critérios de aferição

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. **Efetividade do serviço prestado**, aferida pela ausência ou redução significativa de vetores e pragas nos ambientes tratados, conforme parâmetros estabelecidos no IMR;

7.5.2. **Cumprimento dos prazos e periodicidade das aplicações**, conforme cronograma definido pela Administração;

7.5.3. **Conformidade técnica e uso adequado de produtos e métodos**, incluindo a utilização de insumos regularizados pelos órgãos competentes, aplicação por profissionais habilitados e observância às normas de segurança e saúde.

7.6.2 – Recebimento provisório

7.6.2. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, será considerado como conclusão do objeto a **execução integral dos serviços programados para o período**, acompanhada da entrega de relatório técnico contendo, no mínimo: locais atendidos, tipo de serviço executado, produtos utilizados, quantitativos aplicados, identificação dos profissionais responsáveis e orientações técnicas à Administração.

7.11 – Período de faturamento

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o **período mensal**, correspondente à execução dos serviços programados no respectivo mês.

7.16 – Ajuste ao objeto

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à **verificação da eficácia das aplicações realizadas**, mediante inspeção dos ambientes tratados e análise dos relatórios técnicos apresentados, bem como ao atendimento das recomendações técnicas emitidas pela fiscalização.

7.19 – Prazo de recebimento definitivo

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, conformidade e efetividade dos serviços prestados.

7.34 – Índice de correção monetária

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente mediante aplicação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, ou outro que venha a substituí-lo.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato, inclusive pela não realização de serviços programados de desinsetização, desratização, descorpinização ou descupinização;

8.1.2. der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, especialmente quando resultar em manutenção ou agravamento de infestação de pragas, colocando em risco a saúde dos usuários ou o funcionamento das unidades;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato, caracterizada pela não prestação dos serviços contratados;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução dos serviços, inclusive pelo descumprimento do cronograma de aplicações ou atendimentos emergenciais, sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, inclusive quanto à regularidade dos produtos utilizados ou qualificação técnica da equipe;

8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato, como a simulação de execução de serviços não realizados;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8. utilizar produtos não autorizados pelos órgãos competentes, vencidos ou em desacordo com as normas sanitárias e ambientais;

8.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 8.1.5 a 8.1.9, bem como nos itens 8.1.2 a 8.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. multa:

8.2.4.1. moratória, para atraso injustificado na execução dos serviços (item 8.1.4), de **0,5% (meio por cento) por dia** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;

8.2.4.2. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a extinção do contrato, conforme art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 8.1.5 a 8.1.9, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.4. compensatória, para inexecução total (item 8.1.3), de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.5. compensatória, para a infração prevista no item 8.1.2, de **10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.6. compensatória, em substituição à multa moratória (item 8.1.4), de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.7. compensatória, para a infração prevista no item 8.1.1, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, especialmente nos seguintes casos:

8.2.4.7.1. não realização de aplicação programada no período contratado;

8.2.4.7.2. execução de serviço sem emissão de relatório técnico;

8.2.4.7.3. não atendimento de chamado emergencial no prazo estabelecido;

8.2.4.7.4. execução com equipe sem qualificação mínima exigida;

8.2.4.7.5. utilização de insumos em quantidade inferior ou técnica inadequada, comprometendo a eficácia do serviço.

8.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

9.2. REGIME DE EXECUÇÃO

9.2. O regime de execução do objeto será o de **empreitada por preço unitário**, considerando a natureza continuada e a execução sob demanda dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

9.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.3. O critério de aceitabilidade de preços observará:

9.3.1. o valor global estimado da contratação, utilizado como referência;

9.3.2. os valores unitários máximos constantes da planilha de composição de preços deste Termo de Referência;

9.3.3. a compatibilidade dos preços ofertados com os valores praticados no mercado.

9.3.4. Serão desclassificadas as propostas que:

a) apresentarem preços superiores aos valores máximos estimados pela Administração;

b) apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

c) não atenderem às exigências deste Termo de Referência.

9.4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

9.4. A presente contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, nos termos da legislação vigente.

9.4.1. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

a) valores unitários: conforme planilha estimativa anexa;

b) valor global: utilizado apenas como parâmetro de referência.

9.4.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de contratação específica, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.5. Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como as exigências específicas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6. A empresa deverá comprovar:

9.6.1. licença sanitária válida, expedida pelo órgão competente, autorizando a execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da RDC nº 622/2022;

9.6.2. licença ambiental ou documento equivalente, quando exigível;

9.6.3. registro ou inscrição da empresa junto ao órgão ou conselho profissional competente, quando aplicável;

9.6.4. indicação de responsável técnico devidamente habilitado, com comprovação de vínculo com a empresa e registro no respectivo conselho profissional;

9.6.5. comprovação de que utiliza produtos saneantes desinfestantes devidamente regularizados junto à ANVISA.

9.7. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

9.7. Comprovação de aptidão para execução de serviços similares ao objeto desta contratação, por meio de atestados de capacidade técnica.

9.7.1. Os atestados deverão comprovar experiência na execução de serviços de:

- a) desinsetização;
- b) desratização;
- c) descorpinização;
- d) descupinização.

9.7.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação de capacidade técnica.

9.7.3. Os atestados deverão demonstrar compatibilidade com o objeto em características, quantidades e prazos.

9.8. REQUISITOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

9.8. A Contratada deverá observar, durante a execução dos serviços:

9.8.1. adoção de Boas Práticas Operacionais;

9.8.2. utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;

9.8.3. elaboração e aplicação de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP);

9.8.4. correta manipulação, transporte e armazenamento de produtos;

9.8.5. destinação ambientalmente adequada de resíduos e embalagens;

9.8.6. atendimento às normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis.

9.9. COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

9.9. A Contratada deverá fornecer, após cada execução dos serviços, relatório técnico contendo, no mínimo:

- a) identificação do local atendido;
- b) pragas alvo;
- c) data da execução;
- d) produtos utilizados, com nome, concentração e grupo químico;
- e) orientações técnicas ao usuário;
- f) prazo de assistência técnica/garantia do serviço;
- g) identificação do responsável técnico, com número de registro profissional;
- h) identificação da empresa, com dados e licenças vigentes.

9.10. DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.10. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão pública.

9.10.1. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas.

9.10.2. O não atendimento às exigências de habilitação implicará a inabilitação do licitante, observado o contraditório e a ampla defesa.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, considerado como valor máximo aceitável, é de **R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)**, conforme detalhamento constante na planilha de preços.

10.2. Nos termos da legislação vigente, o custo estimado da contratação não terá caráter sigiloso.

10.3. A estimativa de custos considerou os riscos inerentes à contratação e sua adequada alocação entre Contratante e Contratado, conforme matriz de riscos constante do instrumento contratual.

10.4. Tratando-se de Sistema de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de variações de mercado, observadas as hipóteses legais, especialmente:

10.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata nas condições pactuadas, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

10.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão nos preços registrados;

10.4.3. Mediante reajuste, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado na forma da legislação aplicável, e conforme índice previsto no edital ou contrato;

10.4.4. Mediante repactuação, quando cabível, especialmente nos casos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que demonstrada a variação dos custos, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº. 124/2026

NOME DA EMPRESA: _____

DATA: _____

1.1 Contratação de empresa do ramo de desinsetização para prestação de serviços contínuos de controle e prevenção de pragas e vetores (formigas, traças, mosquitos, cupins, escorpiões, ratos e etc) em todas as dependências (internas e externas) nas unidades administrativas do Coren-MS, Sede em Campo Grande/MS, Subseção em Dourados/MS e Subseção em Três Lagoas, conforme condições. O serviço deverá ser prestado com fornecimento de mão-de-obra e matéria-prima, conforme demais especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A prestação de serviços de que trata o Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

--	--	--	--	--	--

Local da Execução	Item	Descrição resumida	Aplicação por ano	Valor por Aplicação	Valor total
I - Sede em Campo Grande/MS	1	Desinsetização	4	R\$	R\$
	2	Desratização	2	R\$	R\$
	3	Descorpinização	2	R\$	R\$
	4	Descupinização	2	R\$	R\$
II -Subseção em Dourados/MS	5	Desinsetização	4	R\$	R\$
	6	Desratização	2	R\$	R\$
	7	Descorpinização	2	R\$	R\$
	8	Descupinização	2	R\$	R\$
III - Subseção em Três Lagoas/MS	9	Desinsetização	4	R\$	R\$
	10	Desratização	2	R\$	R\$
	11	Descorpinização	2	R\$	R\$
	12	Descupinização	2	R\$	R\$
				Total Geral	R\$

2.2. Declaro que nos valores estão incluídas todas as despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, de acordo com a legislação em vigor e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto da licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA 60 (mínimo sessenta dias) _____

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (POR ESCRITO)

3. Caso sejamos a proposta vencedora e transcorridos todos os trâmites legais desta licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ: _____ I.E.: _____ I.M.: _____

Endereço eletrônico (e-mail): _____

Tel/Fax: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____ Banco: _____

Agência: _____ C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Carteira de identificação nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Assinatura

14. ANEXO II

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

P.A.L. 124/2026

DECLARAÇÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

15. ANEXO III

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

PAL 124/2026

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº. OS/OF:	Unidade e Nome do Requisitante:
Data de emissão:	Serviço/Material:
Modalidade da compra:	Evento:
Contrato/Ata nº.:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA					
Razão Social:			CNPJ:		
Endereço:					
Proponente:		Telefone:		Fax:	
				E-mail	
DEFINIÇÃO ESPECIFICAÇÃO DO (S) SERVIÇO (S)/MATERIAL (IS)					
Item	Serviço	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
				Total	
DEMAIS DETALHAMENTOS					
LOCAL DE ENTREGA					
Nº. do Item	Quantidade	Endereço		Data a ser executado	
RECURSOS FINANCEIROS					
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço /Fornecimento serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:					

Elemento e código de Despesa	
Valor empenhado/ a ser empenhado	
Saldo Orçamentário	
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, Data	Local, Data
Responsável pela solicitação do serviço /material (is) (Carimbo se possível)	() Aquisição Autorizada. () Autorizo a emissão da nota de empenho, encaminha-se à Contabilidade/Financeiro.
	Autoridade Competente do Conselho (Carimbo se possível)

IMPORTANTE: DEVERÃO CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO CORPO DA NOTA FISCAL O NÚMERO DO PREGÃO/ARP/PROCESSO ADMINISTRATIVO, NÚMERO DA ORDEM DE FORNECIMENTO E/OU NOTA DE EMPENHO. CONTER TAMBÉM DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO.

16. ANEXO IV

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

P.A.L. nº 124/2026

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Definição: Índice de Medição de Resultado é O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é uma ferramenta auxiliar que define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços, associando-os a adequações de pagamento.

- 2. Objetivo a atingir:** prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 3. Forma de avaliação:** definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de penalidades. A cada situação será obtido um índice de desconto, a ser multiplicado pelo valor mensal correspondente (da atividade ou do contrato), obtendo-se assim o valor a ser faturado para o período de referência.
- 4. Apuração:** ao final de cada período de apuração, a fiscalização do contrato encaminhará ao preposto da contratada as informações para emissão do documento de cobrança pelo valor ajustado e adoção das medidas recomendadas, se houver, e ao setor administrativo da Contratante, para acompanhamento.
- 5. Sanções:** embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

6. Indicativos e respectivos índices:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA	APLICABILIDADE
1	0,15%	Sobre o valor empenhado
2	0,40%	Sobre o valor empenhado
3	0,60%	Sobre o valor empenhado
4	0,80	Sobre o valor empenhado
5	1,00%	Sobre o valor empenhado

TABELA DE INDICES DE REDUÇÃO DA FATURA – IRF

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por ocorrência
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado ou determinação formal.	4	Por ocorrência
3	Deixar de substituir produtos ou utensílios com algum tipo de inconformidade nos prazos estabelecidos.	3	Por ocorrência

4	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como de caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
5	Destruir ou danificar materiais ou equipamentos por culpa ou dolo de seus colaboradores	5	Por ocorrência
6	Deixar de apresentar notas fiscais	1	Por ocorrência
7	Deixar de cumprir demais obrigações previstas em contrato ou previstas na licitação.	5	Por ocorrência

O pagamento ficará vinculado ao cumprimento dos níveis de serviços definidos neste Anexo. O valor do pagamento dos serviços será calculado como sendo o valor da fatura de acordo com os serviços executados, subtraídas a soma de glosas e multas computadas e aplicáveis no período correspondente.

$$VP = SSE - TGM$$

Onde:

$$VP = \text{Valor a Ser Pago}$$

$$SSE = \text{Soma dos Serviços Executados}$$

$$TGM = \text{Total de Glosas e Multas}$$

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDER RIBEIRO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 17:17:01.